

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

1. O desafio do combate à extrema pobreza.

O Ceará compartilha com diversos outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste, grandes desafios em reduzir seus contingentes de pobres e miseráveis. Entretanto, já é bem documentado na literatura nacional os avanços conseguidos na última década tanto no que se refere a redução da pobreza como da desigualdade social na distribuição de renda. De forma a possibilitar maior avanço nessa área, em meados de 2011, a Presidenta Dilma lançou o Plano *Brasil Sem Miséria* que estabeleceu como meta central a extinção da taxa extrema pobreza no Brasil. O objetivo é promover bem-estar, elevar a renda e garantir condições para as pessoas e famílias mais vulneráveis, cuja renda familiar per capita fosse menor que R\$ 70,00 por ano. Nesse sentido, essa Nota procura quantificar para todos os estados brasileiros a magnitude da redução considerando o período 2006 a 2011, este último divulgado recentemente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

2. A redução da extrema pobreza no Ceará entre 2006-2011

A Tabela 1, a seguir, apresenta os dados levantados para o Ceará e demais estados brasileiros de setembro de 2006 a setembro de 2011. Podemos evidenciar que em 2006, o Ceará possuía 1.211.982 pessoas nessa condição, representando 15% de sua população, sendo a quarta maior proporção do país. Deve-se observar que naquele ano, a condição de extrema pobreza era dada pela renda domiciliar *per capita* inferior a R\$57,23¹. Destaque positivo observa-se para Santa Catarina (1,06%), São Paulo (2,22%) e Rio de Janeiro (2,36%), para citar os três estados com menores proporções.

Entretanto, quando se observa o ano de 2011, o Ceará teve uma redução de quase 5 pontos percentuais, caindo a proporção para 10,14% de sua população, representando agora 858.323 pessoas. Isso equivale uma redução de 353.659 pessoas. Esse contingente se configura na maior redução verificada entre todos os estados brasileiros nesse período. Seguido do Ceará, vem os estados do Piauí, com uma redução de 297.549 pessoas e Bahia, com 278.151. Devemos ressaltar ainda que em termos proporcionais continuamos com o quarto maior índice do país, mas é importante observar que partimos com o terceiro maior contingente do país, o que exige evidentemente um esforço muito maior dado a necessidade de renda a ser gerada.

É de se considerar também que essas reduções não foram influenciadas ainda pelo Plano *Brasil Sem Miséria* haja vista as políticas anunciadas não tiveram tempo de se consumir em função dos dados da PNAD terem sido coletados em setembro de 2011.

Em termos gerais, a redução da extrema pobreza verificado no Estado pode ser explicada em parte por um conjunto de fatores que aliam tanto o crescimento do PIB do Ceará, acima da média nacional, assim como o processo de redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos que vem ocorrendo na última década, chegando o Ceará a apresentar o nível mais baixo em 2011 nos últimos 30 anos². Esse resultado propiciou

¹ Aqui está sendo considerado o valor da linha de extrema pobreza oficial de R\$70 (a preços de 2010) estabelecida pelo Governo Federal em 2011, corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor para os anos considerados na análise.

² Mensurado pelo Índice de Gini. Veja o Enfoque Econômico 48.

um forte aumento da renda *per capita* cearense, que desde o ano de 2007 vem diminuindo a diferença em relação à renda *per capita* brasileira³.

Tabela 1: Pessoas em condição de extrema pobreza e taxa de extrema pobreza, variação entre 2006 e 2011.

	2006		2011		Variação no número de pessoas (2006-2011)	Ranking da variação no número de pessoas (2006-2011)
	N.	Proporção da população	N.	Proporção da população		
Acre	81966	12,06	60582	8,08	-21384	20
Alagoas	557366	18,32	329723	10,97	-227643	7
Amapá	25091	4,02	48312	7,24	23221	25
Amazonas	273747	8,25	284393	8,96	10646	24
Bahia	1641335	12,16	1363184	10,32	-278151	3
Ceará	1211982	15,00	858323	10,14	-353659	1
Distrito Federal	58422	2,50	59876	2,32	1454	23
Espírito Santo	153680	4,57	97999	2,91	-55681	15
Goiás	160678	2,83	126827	2,11	-33851	18
Maranhão	1260469	20,17	1026077	15,81	-234392	6
Mato Grosso	123574	4,25	51212	1,67	-72362	14
Mato Grosso do Sul	92590	3,94	46516	1,87	-46074	16
Minas Gerais	728538	3,86	484810	2,56	-243728	5
Pará	529634	7,42	632105	8,34	102471	27
Paraíba	411494	11,24	236253	6,35	-175241	9
Paraná	264788	2,61	172931	1,68	-91857	12
Pernambuco	1083712	12,91	826795	10,10	-256917	4
Piauí	566182	18,62	268633	8,59	-297549	2
Rio de Janeiro	349184	2,36	335891	2,33	-13293	21
Rio Grande do Norte	304548	9,94	209718	6,55	-94830	11
Rio Grande do Sul	347152	3,34	191674	1,83	-155478	10
Rondônia	100170	6,59	60550	4,00	-39620	17
Roraima	20067	5,39	15627	3,38	-4440	22
Santa Catarina	62707	1,06	96689	1,57	33982	26
São Paulo	860452	2,22	679855	1,73	-180597	8
Sergipe	195563	9,89	113766	5,50	-81797	13
Tocantins	98544	7,47	76792	5,44	-21752	19

Fonte: IBGE/PNAD. Cálculo do IPECE.

³ Para informações sobre o crescimento do PIB cearense e do PIB per capita, veja as edições 5 e 20 do IPECE Informe.

3. Considerações Finais

O Fato do estado do Ceará ter apresentado a maior redução no contingente de pessoas na extrema pobreza do país entre 2006 e 2011 é algo importante, mas devemos ter em mente que temos ainda mais de 850 mil pessoas nessa condição. Entretanto, a perspectiva é positiva para que possamos acelerar ainda mais essa redução. Os efeitos dos programas *Brasil Sem Miséria* e *Brasil Carinhoso*, aliado as políticas do Estado em andamento nas mais diversas áreas e apoio financeiro adicional com foco na pobreza através dos novos empréstimos do Projeto São José III e o P4R (programa por Resultado), irão reforçar as ações nessa direção.

Governador: CID FERREIRA GOMES
Secretário da SEPLAG: Eduardo Diogo
Diretor-Geral do IPECE: Flávio Ataliba
Diretor da DIEEC: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Diretor da DISOC: Régis Façanha Dantas

Elaboração: Jimmy Lima de Oliveira (coordenador)
Vitor Hugo Miro

SEPLAG: www.seplag.ce.gov.br; IPECE: www.ipece.ce.gov.br
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambeba
Fone: (85) 3101.3496